

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.421.116 - SC (2018/0342347-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : LEONARDO MOTA FELICIO FERREIRA
ADVOGADOS : JEFFERSON ARCÂNGELO PERSUHN E OUTRO(S) - SC011765
THIAGO SEVEGNANI BAEHR - SC051448
AGRAVADO : AMARILDO NAIRNEI
AGRAVADO : DANIELLE FERREIRA CABRAL NAIRNEI
ADVOGADOS : DANIELLE RODRIGUES REGIS VIEIRA - SC013191
LEANDRO VIEIRA - SC015735

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ. fls. 429-430):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E PENSIONAMENTO. ERRO MÉDICO. DECISÃO QUE, AO CONCEDER A TUTELA DE URGÊNCIA, DETERMINOU A INDISPONIBILIDADE DE QUANTIA NO ROSTO DOS AUTOS DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.

PEDIDO DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. AGRAVANTE QUE, INSTADO A COMPROVAR O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA BENESSE, PROMOVEU O RECOLHIMENTO DO PREPARO. PRETENSÃO PREJUDICADA.

DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A INICIAL CAPAZES DE DEMONSTRAR A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E A URGÊNCIA DA MEDIDA PLEITEADA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 300 DO CPC. POSSIBILIDADE DE CONSTRIÇÃO DE CRÉDITO ORIUNDO DE AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS. MITIGAÇÃO DA NATUREZA ALIMENTAR DA VERBA QUANDO PERDIDO O CARÁTER DE SALÁRIO, INTERPRETADO CONFORME O SEU SENTIDO TÉCNICO (GARANTIA DE SUBSISTÊNCIA).

A partir do momento em que o pagamento de direitos atrelados ao salário (diferenças, reposições, etc.) é buscado nas vias judiciais, a natureza da importância perseguida perde o caráter alimentar/salarial, no seu sentido técnico de gerir a subsistência, ganhando contornos próprios às verbas de natureza indenizatória, por

seu turno passíveis de constrição.

Desse modo, aviva-se, possível respeitadas as peculiaridades de cada caso concreto, a penhora de crédito representado por recebimento de verbas trabalhistas, ainda que atrelado a direitos de natureza remuneratória, de molde a garantir não só a satisfação do crédito do autor, mas também a efetividade da justiça que, não há negar, resta prejudicada quando se alarga o conceito de impenhorabilidade, fazendo com que o vencedor da ação, após galgar sucesso na contenda judicial, fique com o seu direito limitado às arestas do papel.

AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram desprovidos, com aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 (e-STJ, fls. 455-460).

Nas razões de recurso especial, aponta o ora agravante violação dos arts. 489, § 1º, II e V, 833, IV, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015.

Aponta omissões no acórdão recorrido relativas: à ausência de análise da prova produzida em que foi demonstrada a ausência de elementos configuradores da omissão de socorro e de qualquer culpa que pudesse amparar a tutela dos recorridos; à ausência de fundamentação do acórdão impugnado, por não identificar os motivos da aplicação das ementas colacionadas em suas razões de decidir; e, à falta de exposição de fundamento técnico pela relativização e suposta perda do caráter alimentar da verba deferida em ação trabalhista, penhorada no rosto dos autos.

Sustenta a impenhorabilidade da verba obtida na ação judicial trabalhista nº 2864-2014, que tramita perante à 4ª Vara do Trabalho de Blumenau/SC, no importe de R\$ 168.659,98 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), por possuir natureza alimentar.

Aduz que a multa por ato atentatório aplicada pela Corte local é insubsistente e, portanto, busca o seu afastamento.

Contrarrazões apresentadas às fls. 510-511 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls.

513-516 (e-STJ).

Contraminuta às fls. 555-556 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

No que se refere à apontada ofensa aos arts. 489, § 1º, II e V, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses do recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento.

Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

(...)

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe

3/8/2016.)

O Tribunal de origem, com base nos fatos e nas provas dos autos, assim entendeu (e-STJ, fls. 432-435):

O agravo envereda contra a decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, consubstanciada no bloqueio de importância em dinheiro no valor de R\$ 168.659,98, no rosto dos autos da ação n. 2864/14 (02864-2014-051-12-00-7), decorrente de suposto ato ilícito praticado pelo réu, consistente na omissão de socorro ao filho dos autores.

O agravante clama pela revogação da interlocutória, argumentando que não há prova do ato ilícito a sustentar o deferimento da medida de urgência ou, quando não, pela decretação da impossibilidade de liberação dos montantes indisponibilizados até o julgamento da lide.

Pois bem, o deferimento da tutela de urgência não prescinde da demonstração cumulada dos dois requisitos constantes do *caput* do art. 300 do CPC/15, a saber, probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

No caso em foco, sustenta o réu, ora agravante, inexistir prova do ato ilícito que lhe é imputado, ou seja, descumprimento do dever médico-legal de prestar socorro, justo que, na condição de médico plantonista junto ao Hospital Santa Isabel, em Blumenau, no dia 13/12/2013, teria recusado o recebimento, naquele nosocômico, do menor L.C.N., vítima de afogamento, informando aos socorristas do COBOM que o infante deveria ser deslocado para o Hospital Santo Antônio, nada obstante o quadro de absoluta emergência (parada cardiorespiratória). A pequena criança, registre-se, estava no interior da ambulância, em frente ao hospital, havendo, como se disse, elementos no caderno processual que atestam tal conduta de recusa no acesso do menor para atendimento em local adequado no interior da casa de saúde.

Há, como se sabe, independência entre as esferas cível e penal, razão pela qual é perfeitamente possível reconhecer-se a existência de ato ilícito indenizável no âmbito cível, sem tal importar em caracterização de conduta tipificada pela legislação penal.

Destarte, embora o Delegado de Polícia Henrique Stodieck Neto tenha entendido, no relatório do respectivo inquérito, que não houve a prática do crime de omissão de socorro, tal não

implica, só de si, no afastamento do ilícito civil. Aliás, o aludido relatório sequer foi encampado pelo Ministério Público, que ofertou denúncia criminal contra o agravante por cometimento do típico antijurídico previsto no art. 135, § único, do Código Penal (fls. 47/50 dos autos de origem).

E, de fato, nesta fase de cognição sumária e não exauriente, há fortes indícios de que o agravante teria insistido que os bombeiros levassem a criança para outro hospital, negando atendimento imediato, o que se revelava imprescindível em razão do quadro clínico apresentado pela pequena criança, vítima de afogamento.

Ora, em situações desse jaez, em que a urgência do atendimento é crucial para que o paciente não venha a óbito, não parece razoável que um médico habilitado recuse o oferecimento do seus serviços e dos seus conhecimentos a quem necessite, tão somente porque o hospital onde se encontrava não possui emergência pediátrica. Aliás, a situação foi de tal modo inusitada que outro médico, Dr. Lucas Eduardo Bonadio, ao tomar conhecimento do que estava ocorrendo, franqueou o ingresso da médica que prestava atendimento na ambulância para que continuassem os procedimentos de reanimação dentro do hospital.

A despeito desses fatos, não basta, para a concessão da tutela de urgência, a existência de elementos que convençam o magistrado da pertinência das alegações da parte autora, devendo tal pressuposto estar coadjuvado pelo fundado receio de que o não acolhimento da liminar poderá gerar prejuízos irremediáveis. E assim ocorre porque o deferimento da providência antecipatória importa conceder o pedido em momento diverso da sentença de mérito, entregando ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão de direito material deduzida em juízo.

Na hipótese, o próprio agravante juntou aos autos documento comprobatório de que ostenta dívidas e ônus reais no valor total de R\$ 1.049.619,62, o que supera em muito o valor dos seus bens e direitos, os quais totalizam R\$ 369.207,92, consoante declaração de Imposto de Renda do exercício de 2017 (fls. 345/352).

Diante de tal cenário, o magistrado singular, por ter vislumbrado a possibilidade de que, ao término do processo, o agravante não possua bens suficientes à satisfação de eventual indenização, determinou o bloqueio dos créditos trabalhistas, no importe de R\$ 168.659,98 (valor pleiteado a título de pensão alimentícia pelos agravados).

Referida verba, em princípio, possui natureza alimentar, nos termos do art. 833, IV, do CPC. Todavia, em situações como a dos autos, estimo pertinente a relativização do caráter alimentar da referida verba, que se revela muito mais indenizatória, do que salarial.

Isso, porque a *mens legis* do inciso IV do art. 833 do CPC, quando resguarda o "salário" (espécie) do trabalhador, afastando-o da possibilidade de penhora, é preservar a sua sobrevivência digna, garantindo a fonte da sua subsistência e da família que, por ventura, de si dependa. É verba, portanto, entendida como percepção mensal indispensável à manutenção do trabalhador e de sua família, que, nada obstante, não deve ter interpretação extensiva de modo a frustrar a satisfação do crédito, do qual, não raras vezes, depende a dignidade do credor.

Nessa ordem de ideias, forçoso reconhecer que, a partir do momento em que o pagamento de direitos atrelados ao salário é buscado nas vias judiciais, a natureza da verba pleiteada perde o caráter salarial, no seu sentido técnico de gerir a subsistência, ganhando contornos próprios às verbas de natureza indenizatória, por seu turno passíveis de constrição.

Ademais, considerando o contexto em que proferida - ou seja, em sede liminar -, a decisão objurgada se afigura escorregadia, justo que não determinou a liberação do montante em favor dos autores, mas tão somente o seu bloqueio a fim de satisfazer, se o caso, o crédito da parte autora ao término da ação.

A par desse argumentos, portanto, é que entendo passível a indisponibilidade do valor, de molde a garantir não só a satisfação de parte do crédito dos agravados, mas também a efetividade da justiça que, não há negar, resta prejudicada quando se alarga o conceito de impenhorabilidade, fazendo com que o credor, após galgar sucesso em uma contenda judicial, fique com o seu direito limitado às arestas do papel.

Extrai-se ainda, do acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pelo ora agravante (e-STJ, fl. 459):

Os temas reavivados pelo embargante conversam, na verdade, com a análise da prova produzida nos autos e o caráter alimentar da verba sujeita à indisponibilidade.

Quanto ao primeiro, registro que, a despeito das alegações do embargante, o exame das provas e dos argumentos

trazidos por ambas as partes foi, sim, realizado, citando-se, apenas para ilustrar, o seguinte excerto inscrito no acórdão: "há fortes indícios de que o agravante teria insistido que os bombeiros levassem a criança para outro hospital, negando atendimento imediato, o que se revelava imprescindível em razão do quadro clínico apresentado pela pequena criança, vítima de afogamento."

Nesse sentido, não se desconsiderou o testemunho da enfermeira Mônica, as provas produzidas pelo réu ou até mesmo seus argumentos defensivos.

Nada obstante, como já esclarecido no aresto embargado, os elementos de prova contidos nos autos são diametralmente opostos às alegações do embargante, o que permite, nesta fase não exauriente, conceder a tutela de urgência em favor da parte autora, que, como também já se disse, logrou êxito em comprovar o cumprimento dos requisitos atinentes à o probabilidade do direito e ao perigo de dano, previstos no art. 300 do CPC.

No que tange à relativização da regra de impenhorabilidade dos créditos trabalhistas, que em princípio ostentam caráter alimentar, igualmente não há qualquer vício a ser sanado, justo que os motivos que ensejaram o desacolhimento do recurso, mantendo-se a decisão proferida pelo digno magistrado Marcos D'Avila Scherer, foram suficientemente claros e expostos no aresto (...).

Saliente-se que, para rever as conclusões adotadas pela Corte local, no sentido de afastar a indisponibilidade de quantia pertencente ao ora agravante em reclamação trabalhista, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AFERIÇÃO QUANTO À ESSENCIALIDADE DO DOCUMENTO. REEXAME NECESSÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE PROVENTOS DE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DA IMPENHORABILIDADE. TRIBUNAL A QUO RECONHECEU QUE A CONSTRIÇÃO DE PERCENTUAL DE SALÁRIO VISA GARANTIR A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO E NÃO COMPROMETE A SUBSISTÊNCIA

DIGNA DO RECORRENTE. ALTERAÇÃO DO JULGADO.
SÚMULA 7/STJ.

1. O STJ também possui orientação no sentido de que o Agravo de Instrumento deve ser formado com as peças essenciais à compreensão da controvérsia, além das qualificadas como obrigatórias pela norma processual (art. 525 do CPC).

2. Contudo, a alteração do entendimento da instância ordinária quanto à necessidade da documentação não trasladada mostra-se inviável, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. No mais, o propósito recursal é definir se, na hipótese, é possível a penhora de 30% (trinta por cento) do salário do recorrente para o pagamento de dívida de natureza não alimentar.

4. No tocante à impenhorabilidade preconizada no art. 649, IV, do CPC/1973, o STJ pacificou o entendimento de que a referida impenhorabilidade comporta exceções, como a que permite a penhora nos casos de dívida alimentar, expressamente prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, ou nos casos de empréstimo consignado, limitando o bloqueio a 30% (trinta por cento) do valor percebido a título de vencimentos, soldos ou salários.

5. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família.

6. Na espécie, em tendo a Corte local expressamente reconhecido que a constrição de percentual de salário do recorrente visa garantir a efetividade da execução e não compromete a sua subsistência digna, inviável mostra-se a alteração do julgado, uma vez que, para tal mister, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, inviável ao STJ em virtude do óbice de sua Súmula 7.

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.741.001/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 26/11/2018.)

Por outro lado, no que diz respeito à multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, esta Corte firmou orientação no sentido de que os "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Súmula n. 98/STJ).

Na esteira desse entendimento, o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDE COM FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. VIOLAÇÃO AO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. MULTA AFASTADA.

1. Inicialmente, quanto à alegação de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015, cumpre asseverar que o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em Embargos de Declaração apenas pelo fato de a Corte ter decidido de forma contrária à pretensão do recorrente.

(...)

3. A irresignação merece acolhida em relação à alegada ofensa ao art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 nos termos da Súmula 98 do STJ, in verbis: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protetatório". No caso dos autos, os Embargos de Declaração ofertados na origem tiveram tal propósito, de maneira que deve ser excluída a multa fixada com base no supracitado dispositivo legal.

4. Recurso Especial parcialmente provido.

(REsp 1.669.867/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 30/6/2017.)

Em face do exposto, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para afastar a multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, imposta ao recorrente.

Deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

